



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1305/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	<b>Art. 1º</b> Esta Medida Provisória dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro.
	<b>Art. 2º</b> Ficam isentos das taxas de serviços metrológicos correspondentes à verificação inicial e subsequente de taxímetro, código 222, prevista no Anexo II à <a href="#">Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010</a> , os respectivos contribuintes.
	Parágrafo único. A isenção de que trata o caput produzirá efeitos pelo prazo de cinco anos, contado da data de publicação desta Medida Provisória.
	<b>Art. 3º</b> Compete ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia realizar o acompanhamento dos efeitos do benefício de que trata o art. 1º.
<a href="#">Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011</a>	<b>Art. 4º</b> A <a href="#">Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 8º Em Municípios com mais de <del>50.000</del> (cinquenta mil) habitantes é obrigatório o uso de taxímetro, anualmente auferido pelo órgão metrológico competente, conforme legislação em vigor.	“Art. 8º Em Municípios com mais de ^cinquenta mil^ habitantes, é obrigatório o uso de taxímetro, <b>verificado, a cada dois anos</b> , pelo órgão metrológico competente, conforme legislação em vigor.” (NR)
	<b>Art. 5º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.



Texto alterado



Texto revogado



Texto excluído

^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pelo Serviço de Medidas Provisórias- Telefone: 3303-4136

(Elaboração: 16/07/2025 14:31)